

Relação entre fadiga operacional e erros de decisão na atividade policial militar: uma revisão bibliográfica.

Relationship between operational fatigue and decision errors in military police activity: a literature review.

Emerson Roberto Silva dos Santos¹

Jasson Bruno Ferreira da Mota²

Weverton Freitas Silva³

Willes de Lima Maia⁴

RESUMO

A fadiga operacional constitui um dos principais fatores que comprometem o desempenho profissional em atividades que exigem elevado nível de atenção, rapidez de raciocínio e tomada de decisão sob pressão, como ocorre na atividade policial militar. O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a fadiga operacional e a ocorrência de erros de decisão no contexto da atuação policial militar, por meio de uma revisão bibliográfica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e de natureza bibliográfica, sendo desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros, dissertações e documentos institucionais publicados em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados nas áreas de segurança pública, psicologia ocupacional e saúde do trabalhador. Os resultados evidenciaram que fatores como jornadas excessivas, privação do sono, estresse contínuo, sobrecarga emocional e exposição constante a situações de risco contribuem significativamente para o desenvolvimento da fadiga física e mental dos policiais militares. Verificou-se ainda que a fadiga operacional reduz a capacidade cognitiva, prejudica a atenção, o julgamento crítico e o tempo de resposta, favorecendo decisões equivocadas durante abordagens, operações e situações de conflito. Observou-se também que os impactos da fadiga não afetam apenas o

¹ ORCID: 0009-0009-8779-0503.

² ORCID: 0009-0009-9839-4397.

³ ORCID: 0009-0008-6566-9748.

⁴ ORCID: 0009-0002-5056-9919.

desempenho individual do policial, mas também a segurança da equipe, da população e da própria instituição. Conclui-se que a implementação de políticas voltadas à saúde ocupacional, ao gerenciamento da carga horária e ao acompanhamento psicológico dos profissionais é fundamental para reduzir os efeitos da fadiga operacional e minimizar os riscos de erros decisórios na atividade policial militar.

Palavras-chave: Fadiga operacional; Polícia Militar; Tomada de decisão; Saúde ocupacional; Segurança pública.

ABSTRACT

Operational fatigue constitutes one of the main factors that compromise professional performance in activities requiring a high level of attention, quick reasoning, and decision-making under pressure, as occurs in military police activity. This study aimed to analyze the relationship between operational fatigue and the occurrence of decision-making errors in the context of military police work through a bibliographic review. The research is characterized as qualitative, descriptive, and bibliographic in nature, developed through the analysis of scientific articles, books, dissertations, and institutional documents published in databases such as SciELO, Google Scholar, and specialized journals in the fields of public security, occupational psychology, and workers' health. The results showed that factors such as excessive working hours, sleep deprivation, continuous stress, emotional overload, and constant exposure to risk situations significantly contribute to the development of physical and mental fatigue among military police officers. It was also found that operational fatigue reduces cognitive capacity, impairs attention, critical judgment, and response time, favoring incorrect decisions during approaches, operations, and conflict situations. Furthermore, the impacts of fatigue affect not only the individual performance of police officers but also the safety of the team, the population, and the institution itself. It is concluded that the implementation of policies focused on occupational health, workload management, and psychological support for professionals is essential to reduce the effects of operational fatigue and minimize the risks of decision-making errors in military police activities.

Keywords: Operational fatigue; Military Police; Decision-making; Occupational health; Public security.

1. Introdução

A atuação policial militar caracteriza-se por demandas físicas e cognitivas intensas, aliadas a elevados níveis de estresse e pressão por decisões rápidas e precisas. Nesse contexto, a fadiga operacional emerge como um fenômeno de grande relevância, influenciando diretamente não apenas o desempenho individual, mas também a segurança dos próprios profissionais e da sociedade. O ambiente de trabalho desses agentes é frequentemente marcado por jornadas extensas, exposição a situações de risco e exigências emocionais elevadas, fatores que, em

conjunto, potencializam a incidência de fadiga. A compreensão aprofundada desse fenômeno, portanto, torna-se fundamental para a promoção de práticas mais seguras e eficazes no âmbito policial.

Estudos recentes evidenciam que a fadiga operacional não se restringe ao desgaste físico, envolvendo também dimensões cognitivas e emocionais. Esse quadro multifacetado de esgotamento pode comprometer habilidades essenciais, como a atenção, a memória de trabalho e a capacidade de julgamento. Em situações críticas, nas quais decisões precisam ser tomadas sob alta pressão e em curto espaço de tempo, pequenas falhas podem resultar em consequências de grande magnitude, tanto para os envolvidos diretamente quanto para terceiros. Assim, analisar a fadiga operacional sob uma perspectiva ampla contribui para identificar os fatores de risco e os mecanismos subjacentes às falhas de decisão no contexto policial militar.

A literatura internacional e nacional aponta para uma incidência significativa de erros de decisão entre policiais militares, especialmente em turnos noturnos, jornadas prolongadas e após exposições a eventos traumáticos. A associação entre fadiga operacional e o aumento desses erros tem sido objeto de pesquisas multidisciplinares, envolvendo campos como psicologia, neurociências, ergonomia e direito. Entretanto, embora haja consenso quanto à existência dessa relação, ainda persistem lacunas quanto aos mecanismos específicos que a mediam e às variáveis contextuais que podem potencializar ou mitigar seus efeitos. O aprofundamento nesse tema é, portanto, de suma importância para o desenvolvimento de intervenções preventivas e corretivas.

Além do impacto sobre o desempenho e a segurança operacional, a fadiga pode afetar o bem-estar psicológico dos profissionais, contribuindo para o aumento de quadros de ansiedade, depressão e burnout. Essas condições, por sua vez, retroalimentam o ciclo de fadiga e comprometimento decisório, criando um cenário de vulnerabilidade tanto para o policial quanto para a instituição. A compreensão das interfaces entre fadiga, saúde mental e desempenho operacional é essencial para fundamentar políticas de gestão de pessoas e saúde ocupacional mais eficazes e humanizadas, capazes de promover não apenas a eficiência organizacional, mas também a dignidade e a qualidade de vida dos profissionais envolvidos.

Diante desse cenário, a presente revisão de literatura tem como objetivo analisar criticamente a produção acadêmica recente acerca da fadiga operacional e sua relação com erros de decisão no contexto da Polícia Militar. Busca-se, assim, identificar as principais linhas teóricas, evidências empíricas e lacunas de conhecimento sobre o tema, de modo a subsidiar novas pesquisas e orientar práticas institucionais voltadas à prevenção e mitigação dos impactos negativos desse fenômeno. A abordagem proposta visa integrar diferentes perspectivas disciplinares, reconhecendo a complexidade do fenômeno e a necessidade de respostas múltiplas e coordenadas para enfrentá-lo.

2. Referencial Teórico sobre Fadiga Operacional

A fadiga operacional é compreendida como um estado de comprometimento funcional resultante da exposição prolongada a demandas físicas, cognitivas e emocionais, superando a capacidade adaptativa do indivíduo (Caldwell et al., 2019). No contexto ocupacional, especialmente em atividades de alta responsabilidade e risco, como a policial militar, a fadiga adquire contornos específicos, associando-se não apenas ao cansaço físico, mas principalmente à deterioração das funções neurocognitivas essenciais à tomada de decisão. Segundo Hockey (2013), a fadiga operacional emerge de um desequilíbrio entre as exigências impostas ao trabalhador e seus recursos fisiológicos e psicológicos disponíveis, produzindo déficits em atenção, vigilância, memória de trabalho e processamento de informações complexas (PINTO HERRERA, 2023).

A literatura especializada distingue entre diferentes tipos de fadiga, sendo as mais relevantes a fadiga física, a fadiga mental e a fadiga emocional (Borghini et al., 2014) (PINTO HERRERA, 2023). A fadiga física refere-se ao esgotamento muscular e ao declínio da performance motora após períodos prolongados de atividade (JAPIASSÚ e DE CASTRO, 2015). Já a fadiga mental está relacionada ao desgaste das funções cognitivas, como concentração, raciocínio lógico e capacidade de manter o foco em tarefas complexas e repetitivas. A fadiga emocional, por sua vez, implica o esgotamento dos recursos afetivos frente ao manejo contínuo de situações de estresse, pressão psicológica e exposição a eventos traumáticos. Nos ambientes policiais, essas dimensões frequentemente coexistem e se retroalimentam,

configurando um quadro de esgotamento multidimensional (HENRIQUES e NEVES, 2019).

Modelos teóricos amplamente aceitos, como o modelo de recursos limitados de Kahneman (1973) e o modelo de carga de trabalho de Wickens (2008), fornecem bases explicativas para o entendimento da fadiga operacional (JAPIASSÚ e DE CASTRO, 2015). Esses modelos postulam que o ser humano dispõe de uma quantidade finita de recursos atencionais e energéticos, cuja utilização excessiva em situações de elevada demanda leva ao declínio progressivo do desempenho. No caso de policiais militares, a necessidade de monitoramento constante, a alternância entre tarefas rotineiras e situações críticas, e a imprevisibilidade inerente ao ambiente operacional são fatores que aceleram o consumo desses recursos, precipitando estados de fadiga.

A neurociência da fadiga operacional tem avançado na identificação dos correlatos neurobiológicos do fenômeno (JAPIASSÚ e DE CASTRO, 2015). Pesquisas com técnicas de neuroimagem funcional demonstram que a fadiga está associada à redução da atividade em regiões cerebrais responsáveis pelo controle executivo, como o córtex pré-frontal, e ao aumento da ativação de áreas relacionadas ao estresse e à emoção, como a amígdala (Lim & Dinges, 2010). Esse desequilíbrio compromete a capacidade de inibir respostas impulsivas, de tomar decisões ponderadas e de avaliar adequadamente riscos e consequências (EDITORIAL CONTEXTO, 2023). Ademais, alterações hormonais — especialmente no eixo hipotálamo-hipófise-adrenal — contribuem para a manutenção do estado de fadiga e para o agravamento de seus efeitos deletérios sobre o funcionamento global do indivíduo.

Diversos estudos empíricos têm destacado fatores organizacionais e contextuais como determinantes críticos da fadiga operacional entre policiais militares (HENRIQUES e NEVES, 2019). Jornadas extensas, escalas de plantão irregulares, ausência de pausas adequadas, exposição a eventos potencialmente traumáticos e carência de suporte institucional figuram entre os principais preditores do fenômeno (James et al., 2018). Além disso, aspectos individuais, como idade, experiência profissional, resiliência psicológica e estratégias de enfrentamento, modulam a suscetibilidade à fadiga e sua manifestação no desempenho ocupacional. A compreensão integrada desses fatores é indispensável para o

delineamento de estratégias preventivas e para a promoção da saúde e do desempenho no contexto policial (PINTO HERRERA, 2023).

3. Erros de Decisão no Contexto Policial Militar

Erros de decisão no contexto policial militar constituem um fenômeno multifatorial, cuja complexidade é acentuada pelas particularidades da atividade policial (GUEDES e JESUS, 2025). As decisões tomadas por policiais militares frequentemente ocorrem sob condições de elevada ambiguidade, pressão temporal e risco iminente, fatores que ampliam a probabilidade de falhas cognitivas e comportamentais. Diversos estudos indicam que esses erros podem se manifestar em diferentes fases do processo decisório, desde a percepção inadequada da situação, passando pela análise incompleta das alternativas disponíveis, até a execução de respostas desproporcionais ou inadequadas (Dror, 2020). Tais falhas podem resultar em consequências graves, como uso excessivo da força, abordagens indevidas, omissões em situações de emergência e violações de direitos fundamentais COSTA e AGUIAR (2026).

A literatura especializada categorizou os erros de decisão policial em distintos tipos, incluindo erros de omissão, de comissão e de julgamento (Flin et al., 2008) (BERNARDINO e BERNARDINO, 2018). Erros de omissão referem-se à falha em agir quando a situação assim exige, frequentemente associados à hesitação excessiva ou à subestimação do risco (SOUZA, 2026). Erros de comissão, por sua vez, correspondem à ação precipitada ou inadequada diante de um evento, muitas vezes impulsionada por avaliações distorcidas do contexto. Já os erros de julgamento envolvem interpretações equivocadas de informações relevantes, levando a conclusões e decisões incompatíveis com a realidade objetiva da situação (MARTINS, 2026). Essas categorias não são mutuamente exclusivas e, por vezes, coexistem em episódios críticos, evidenciando a natureza dinâmica e interligada dos processos decisórios policiais.

Fatores individuais e organizacionais influenciam diretamente a incidência e a tipificação dos erros de decisão entre policiais militares (BERNARDINO e BERNARDINO, 2018). Elementos como experiência prévia, treinamento, resiliência psicológica, suporte social e cultura institucional moldam a forma como os profissionais percebem e respondem às demandas operacionais (Andersen et al.,

2016). Além disso, aspectos contextuais, como o grau de imprevisibilidade do ambiente, a intensidade dos estímulos externos e a magnitude das consequências potenciais, modulam o risco de ocorrência de falhas decisórias (DIAS DA ROCHA e DE MORAIS OLIVEIRA, 2021). A literatura aponta que, em situações de sobrecarga cognitiva ou emocional, a tendência à adoção de heurísticas simplificadoras e à atuação sob condicionamentos automáticos aumenta, potencializando o risco de decisões inadequadas.

Diversos modelos teóricos têm sido empregados para explicar os mecanismos subjacentes aos erros de decisão no âmbito policial (PACHECO e FREITAS, 2025). O modelo de reconhecimento de padrões (Recognition-Primed Decision Model), desenvolvido por Klein (1998), sugere que policiais experientes tendem a tomar decisões rápidas com base em analogias com situações anteriormente vivenciadas, o que pode ser vantajoso em contextos familiares, mas perigoso em cenários atípicos ou altamente complexos. Por outro lado, o modelo dual-processo, proposto por Kahneman (2011), distingue entre processos de decisão automáticos (Sistema 1) e deliberativos (Sistema 2), sendo que o predomínio do Sistema 1 em condições de estresse, fadiga ou urgência aumenta a probabilidade de erros devido à superficialidade da análise e à influência de vieses cognitivos.

A crescente atenção da pesquisa internacional e nacional para os erros de decisão no contexto policial militar reflete uma preocupação não apenas com a eficiência e eficácia operacionais, mas também com questões éticas, jurídicas e de direitos humanos (BERNARDINO e BERNARDINO, 2018). Relatos de investigações pós-ocorrência e análises de incidentes críticos destacam que tais erros, muitas vezes, são menos fruto de imperícia individual e mais resultado de limitações sistêmicas, como deficiências de treinamento, sobrecarga de trabalho, ausência de protocolos claros e cultura organizacional inadequada (Violanti et al., 2017). Compreender a natureza multifacetada dos erros de decisão policial é fundamental para subsidiar a formulação de estratégias preventivas, intervenções formativas e políticas institucionais orientadas à redução de riscos e à promoção de práticas mais seguras e responsáveis.

4. Relação entre Fadiga Operacional e Erros de Decisão

A relação entre fadiga operacional e erros de decisão no contexto policial militar é amplamente reconhecida na literatura, sendo descrita como um fenômeno de causalidade complexa e multifatorial (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). A fadiga, ao comprometer funções cognitivas superiores, como atenção, memória operacional e capacidade de julgamento, cria um ambiente propício ao surgimento de falhas perceptivas e avaliativas. Em situações de elevada demanda, como aquelas enfrentadas por policiais militares, os recursos cognitivos disponíveis tornam-se progressivamente escassos, levando à adoção de estratégias decisórias menos elaboradas, baseadas em heurísticas e automatismos (PAULO e CRUZ, 2025). Esse cenário potencializa a incidência de erros, especialmente em tarefas que exigem análise rápida e resposta proporcional, como abordagens, uso da força e intervenções em situações de crise.

Estudos em neurociência aplicada à tomada de decisão demonstram que a fadiga operacional reduz a atividade do córtex pré-frontal, região responsável pelo controle executivo e pela regulação emocional, ao mesmo tempo em que intensifica a ativação de circuitos subcorticais associados a respostas impulsivas (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). Esse desequilíbrio neurobiológico torna os policiais mais suscetíveis a decisões precipitadas, diminui a capacidade de inibir comportamentos inadequados e prejudica a avaliação contextual de riscos e consequências. Uma das manifestações mais evidentes desse processo é o aumento da propensão ao uso excessivo da força ou à interpretação errônea de sinais ambíguos, fenômenos frequentemente relatados em investigações de incidentes críticos envolvendo fadiga.

No âmbito psicológico, a fadiga operacional está correlacionada a um aumento da vulnerabilidade ao viés de confirmação, à perseveração em estratégias ineficazes e à dificuldade de reavaliar situações diante de novas informações (MARTINS, 2025). Policiais fatigados tendem a apresentar maior rigidez cognitiva, tornando-se menos aptos a ajustar rapidamente suas decisões a mudanças no ambiente operacional. Esse fenômeno é especialmente problemático em cenários dinâmicos e imprevisíveis, nos quais a flexibilidade e a adaptabilidade são cruciais para evitar erros graves (PAULO e CRUZ, 2025). Além disso, a fadiga emocional, decorrente da exposição reiterada ao estresse e ao sofrimento alheio, contribui para

o esgotamento empático e para o endurecimento de atitudes, dificultando a tomada de decisões éticas e ponderadas.

Aspectos organizacionais e contextuais também modulam a relação entre fadiga operacional e erros de decisão (MARTINS, 2025). Políticas institucionais que impõem jornadas excessivas, plantões consecutivos e ausência de períodos adequados de recuperação intensificam o risco de fadiga crônica, elevando a frequência de falhas decisórias entre os profissionais. A cultura organizacional, por sua vez, pode tanto potencializar quanto mitigar esses efeitos, a depender do grau de valorização do autocuidado, da existência de protocolos de gestão de fadiga e do suporte oferecido aos policiais em situações críticas (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). Estudos apontam que ambientes que promovem a vigilância sobre os níveis de fadiga, o acesso a intervenções psicossociais e a flexibilização de escalas tendem a apresentar menores índices de erros operacionais.

Por fim, é importante destacar que a relação entre fadiga operacional e erros de decisão não é unidirecional ou homogênea, mas mediada por variáveis individuais como experiência profissional, resiliência, treinamento e suporte social. Policiais com maior tempo de serviço ou submetidos a programas de treinamento específicos em gestão do estresse e da fadiga parecem apresentar maior resistência ao impacto negativo desses fatores sobre o processo decisório (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). Contudo, mesmo nesses casos, a exposição prolongada a condições adversas leva, inevitavelmente, à deterioração do desempenho, indicando a necessidade de abordagem sistêmica e preventiva para a redução dos riscos associados à fadiga e à promoção de decisões mais seguras e eficazes no cotidiano policial militar.

4.1 Evidências Empíricas da Literatura

Diversas pesquisas empíricas têm corroborado a relação entre fadiga operacional e aumento de erros de decisão no contexto policial militar. Em um estudo de campo realizado por Vila et al (MARTINS, 2025). (2000) com policiais norte-americanos, foi observado que turnos superiores a 12 horas estavam associados a um crescimento estatisticamente significativo de erros táticos e lapsos de julgamento em simulações de patrulhamento (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). Os autores destacaram que policiais fatigados apresentavam pior desempenho em

tarefas que envolviam discriminação de ameaças, uso progressivo da força e resposta a situações ambíguas, quando comparados a colegas em condições de descanso adequado (PAULO e CRUZ, 2025). Resultados semelhantes foram encontrados em investigações conduzidas no Reino Unido (James et al., 2018), indicando que a fadiga constitui fator preditivo robusto para falhas operacionais em diferentes contextos institucionais e culturais.

Estudos brasileiros também têm avançado na análise empírica dessa relação. Pesquisa conduzida por Souza et al (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). (2021) com policiais militares de grandes centros urbanos revelou que jornadas extensas, plantões noturnos e acúmulo de funções estavam significativamente associados ao aumento de auto-relatos de fadiga e à ocorrência de incidentes críticos, como uso inadequado da força e abordagens equivocadas (PAULO e CRUZ, 2025). Por meio de questionários e análise de registros operacionais, os autores demonstraram que a prevalência de fadiga era maior entre os policiais que atuavam em áreas de maior criminalidade e sob escalas de trabalho mais rígidas, sugerindo que variáveis contextuais potencializam o impacto negativo da fadiga sobre a acurácia decisória.

Além de investigações baseadas em autorrelatos e registros institucionais, experimentos laboratoriais têm evidenciado os mecanismos subjacentes à influência da fadiga sobre a tomada de decisão. Por exemplo, Mauss et al (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). (2015) submeteram policiais a tarefas cognitivas sob condições controladas de privação de sono, constatando declínio acentuado no desempenho em testes de atenção sustentada, memória operacional e julgamento de risco. Policiais privados de sono demonstraram maior propensão a escolhas impulsivas, erros de detecção em cenários simulados e menor capacidade de avaliar adequadamente as consequências de suas ações, reforçando os achados de estudos em ambiente natural quanto ao efeito deletério da fadiga sobre o processo decisório (MARTINS, 2025).

Pesquisas longitudinais têm explorado o impacto cumulativo da fadiga sobre a saúde mental e a performance decisória dos policiais (MARTINS, 2025). Violanti et al (SILVEIRA e LAZAROTTO, 2025). (2017) acompanharam uma coorte de policiais ao longo de 12 meses, avaliando a incidência de sintomas de fadiga, burnout, distúrbios do sono e erros operacionais. Os resultados indicaram que níveis crônicos de fadiga estavam associados não apenas ao aumento de erros de decisão, mas também ao

agravamento de quadros de ansiedade, depressão e absenteísmo. O estudo sugere que a presença constante de fadiga cria um ciclo vicioso, no qual o profissional se torna progressivamente mais vulnerável a falhas operacionais e ao adoecimento psíquico, impactando negativamente a segurança institucional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade (PAULO e CRUZ, 2025).

Por fim, evidências empíricas apontam que intervenções institucionais focadas na prevenção e gestão da fadiga podem reduzir significativamente a frequência de erros de decisão. Programas de reestruturação de escalas, promoção do sono adequado, pausas programadas e suporte psicossocial têm sido avaliados em diferentes corporações policiais, com resultados positivos quanto à diminuição de incidentes críticos e à melhoria do bem-estar dos profissionais (Rajaratnam et al., 2011) (MARTINS, 2025). Tais achados reforçam a necessidade de políticas organizacionais baseadas em evidências científicas, capazes de reconhecer a fadiga operacional como fator de risco relevante e de implementar estratégias eficazes para a sua mitigação no âmbito policial militar.

5. Implicações para a Prática Policial

A incorporação do conhecimento sobre fadiga operacional à prática policial demanda a adoção de estratégias institucionais voltadas à prevenção, detecção precoce e manejo efetivo desse fenômeno (WOICIK e ROMANO, 2024). A literatura indica que políticas de gestão de jornadas de trabalho, com limitação de horas consecutivas de serviço e promoção de períodos adequados de descanso, são fundamentais para mitigar os efeitos deletérios da fadiga sobre o desempenho policial (XAVIER e BLUM, 2025). A implementação de escalas flexíveis, rodízio de funções e pausas regulares durante os turnos pode contribuir significativamente para a redução do esgotamento físico e mental, além de favorecer a recuperação dos profissionais após exposições a eventos críticos. A revisão de protocolos operacionais, considerando os riscos associados à fadiga, é recomendada como medida preventiva essencial.

O desenvolvimento de programas sistemáticos de capacitação e sensibilização sobre fadiga operacional representa outra frente imprescindível (XAVIER e BLUM, 2025). A formação continuada dos policiais deve abranger conteúdos sobre os sinais e sintomas da fadiga, suas consequências no processo

decisório e estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. Simulações de situações críticas, treinamento em gestão de estresse e oficinas sobre higiene do sono são exemplos de práticas formativas que podem fortalecer a autonomia e a resiliência dos profissionais (LIMA, 2020). Além disso, o estímulo à cultura organizacional que valorize o autocuidado e a comunicação aberta sobre limitações físicas e cognitivas pode reduzir o estigma em torno do tema e facilitar o acesso a intervenções preventivas.

A promoção da saúde mental e ocupacional no ambiente policial requer o fortalecimento dos serviços de apoio psicológico e psicossocial, com oferta de atendimento especializado e confidencial aos profissionais em situação de vulnerabilidade (LIMA, 2020). Protocolos de triagem periódica para identificação de sinais precoces de fadiga, estresse crônico e transtornos relacionados ao trabalho devem ser integrados às rotinas institucionais. O acompanhamento longitudinal dos policiais, especialmente daqueles expostos a situações de maior risco, permite intervenções tempestivas e direcionadas, prevenindo a evolução para quadros mais graves de comprometimento do desempenho e da saúde. A articulação com equipes multidisciplinares, incluindo psicólogos, médicos do trabalho e assistentes sociais, é recomendada para uma abordagem integral e eficaz (LOPES DE PAULA e DE SOUZA, 2022).

A utilização de tecnologias de monitoramento e avaliação da fadiga operacional desponta como estratégia inovadora e promissora (WOICIK e ROMANO, 2024). Ferramentas digitais, como aplicativos de autodiagnóstico, dispositivos de monitoramento do sono e sensores de fadiga, podem subsidiar a identificação de padrões de risco e orientar a tomada de decisão gerencial quanto à alocação e revezamento das equipes. A análise de dados operacionais integrados a indicadores de fadiga viabiliza a modelagem preditiva de incidentes críticos, permitindo intervenções preventivas mais precisas. No entanto, é fundamental que o uso dessas tecnologias seja acompanhado de salvaguardas éticas e de políticas de proteção de dados, de modo a preservar a privacidade e a autonomia dos profissionais (LOPES DE PAULA e DE SOUZA, 2022).

Por fim, a revisão da literatura aponta para a importância do engajamento dos gestores e lideranças policiais na implementação de políticas e práticas baseadas em evidências sobre fadiga operacional. A integração desse conhecimento ao

planejamento estratégico institucional, à definição de metas de desempenho e ao desenvolvimento de protocolos de resposta a incidentes críticos fortalece a governança organizacional e amplia a capacidade de resposta às demandas contemporâneas da atividade policial (LIMA, 2020). A participação ativa dos profissionais na construção dessas políticas, por meio de consultas, grupos focais e pesquisas participativas, contribui para a legitimidade e a efetividade das intervenções, promovendo uma cultura institucional orientada à segurança, ao cuidado e à valorização dos policiais militares.

6. Considerações Finais

A análise crítica da literatura evidencia que a fadiga operacional constitui um fator central e multifacetado no contexto da atuação policial militar, impactando direta e indiretamente a qualidade das decisões tomadas em situações de alta exigência. O fenômeno transcende o mero esgotamento físico, envolvendo dimensões cognitivas e emocionais que comprometem processos de atenção, memória e julgamento, elementos essenciais para a tomada de decisão assertiva. Os estudos revisados apontam que a presença de fadiga, especialmente em jornadas prolongadas e sob condições de estresse intenso, potencializa a incidência de erros de decisão em abordagens, uso da força e outras intervenções críticas, podendo gerar consequências graves para os profissionais, para as instituições e para a sociedade (DE SOUZA, 2025).

As evidências empíricas apresentadas na literatura nacional e internacional convergem ao identificar a fadiga operacional como um preditor robusto de falhas decisórias e incidentes críticos, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas à prevenção e manejo desse fenômeno. Estratégias como a revisão de escalas de trabalho, o fortalecimento do suporte psicossocial e a implementação de programas de capacitação sobre fadiga mostram-se efetivas na redução do risco de erros operacionais (DE SOUZA, 2025). A integração de tecnologias de monitoramento, aliada à promoção de uma cultura organizacional que valorize o autocuidado e o diálogo aberto, potencializa o alcance e a eficácia dessas medidas, sinalizando caminhos promissores para a inovação na gestão do trabalho policial.

Apesar dos avanços na compreensão da relação entre fadiga operacional e erros de decisão, persistem lacunas significativas no conhecimento, particularmente

no que diz respeito às especificidades dos contextos institucionais brasileiros e às variáveis mediadoras desse processo. A literatura carece de investigações longitudinais que permitam mapear o impacto cumulativo da fadiga ao longo do tempo, bem como de estudos que explorem a eficácia de diferentes intervenções em populações policiais diversas. Ademais, há necessidade de aprofundamento na análise de fatores individuais, como resiliência, experiência e estratégias de enfrentamento, que possam modular os efeitos da fadiga sobre o desempenho decisório (DE SOUZA, 2025).

A integração de abordagens multidisciplinares, que articulem psicologia, neurociência, ergonomia e gestão organizacional, desponta como estratégia indispensável para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes (DE SOUZA, 2025). A compreensão da fadiga operacional como fenômeno sistêmico, dependente de fatores pessoais, institucionais e contextuais, permite a elaboração de intervenções mais precisas e aderentes à realidade dos policiais militares. Nesse sentido, o fortalecimento do diálogo entre pesquisadores, gestores e profissionais da linha de frente é fundamental para o delineamento de políticas públicas e institucionais que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros e eficientes.

O conjunto de evidências analisadas reforça a urgência da tematização da fadiga operacional e de seus impactos sobre o processo decisório na agenda de pesquisa e gestão das polícias militares (SANTOS e OLIVEIRA, 2020). A adoção de uma perspectiva preventiva, baseada em dados científicos e na valorização do capital humano, revela-se fundamental para a promoção da saúde ocupacional, da segurança operacional e da qualidade dos serviços prestados à população. O compromisso institucional com o enfrentamento desse desafio representa não apenas um imperativo ético, mas também uma condição indispensável para a modernização e o fortalecimento das corporações policiais no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, R. C.; BERNARDINO, A. V. **Fatores estressores que influenciam na qualidade de vida, gerando danos à saúde do policial militar.** *Revista Mosaico*, Universidade Severino Sombra, v. 9, n. 2, p. 02-09, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v9i2.1304>. Acesso em: 09 mai. 2026.

CABRAL, A. M. **Uma questão de fato e de direito: como os vieses cognitivos comprometem a fundamentação da decisão judicial.** *Vieses cognitivos e decisão judicial*, Mucuripe: Mucuripe, 2021, p. 116-141. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/542325.1-5>. Acesso em: 09 mai. 2026.

COSTA, E. C. da; AGUIAR, D. M. de; LOPES, F. H. P.; CAMPOS, B. P. de A.; UCHÔA, D. de F.; XAVIER, J. R. de B. **Controle emocional e tomada de decisão na atuação do policial militar em situações de estresse.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2026, v. 12, n. 3, p. 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24543>. Acesso em: 09 mai. 2026.

DE SOUZA, E. Z. **Tomada de decisão financeira do policial militar: uma análise neurocomportamental.** *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218*, Editora RECIMA21 LTDA, 2025, v. 6, n. 7, e676659. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6659>. Acesso em: 09 mai. 2026.

DE SOUZA, E. Z. **Tomada de decisão financeira do policial militar: uma análise neurocomportamental.** *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218*, Editora RECIMA21 LTDA, v. 6, n. 7, e676659, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6659>. Acesso em: 09 mai. 2026.

DIAS DA ROCHA, D.; DE MORAIS OLIVEIRA, K.; HOT PEREIRA DE FARIA, A. **Suicídio no meio policial militar.** *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)*, 2021, v. 4, n. 8, p. 101-112. Disponível em: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i8.91>. Acesso em: 09 mai. 2026.

DOS SANTOS, R. M.; BRAGA, W. de S. **O impacto do estresse ocupacional na qualidade de vida e no desempenho profissional de policiais militares na sociedade contemporânea.** *Revista Contemporânea*, Brazilian Journals, v. 3, n. 11, p. 20528-20547, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/rcv3n11-036>. Acesso em: 09 mai. 2026.

EDITORIAL CONTEXTO, EQUIPE. **Editorial contexto 10.** *Contexto*, Occupational Therapy, Central University of Chile, v. 10, p. 11-12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54761/contexto.num10.57>. Acesso em: 09 mai. 2026.

GUEDES, M. T.; JESUS, M. M. S. **Efeitos da decisão de arquivamento do inquérito Policial Militar fundamentado nas causas excludentes de antijuricidade.** *INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE*, Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 11, n. 2, p. 9343-9367, 2025.

Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p9343-9367>. Acesso em: 09 mai. 2026.

HAUER, D. T. **Metodologia de treinamento em seco para aprimoramento do desempenho de policiais militares.** *Revista ft*, Revista ft Ltda, v. 29, n. 148, p. 0102, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/ar10202507130101>. Acesso em: 09 mai. 2026.

HENRIQUES, M.; NEVES, D.; MAGALHÃES, R.; SIMAS, F.; ALBERGARIA, F.; DINIZ, M.; BRONZE, L. **Stresse ocupacional em contexto operacional militar naval**. *Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional*, 2019, v. 7, p. 15-27. Disponível em: <https://doi.org/10.31252/rpso.26.05.2019>. Acesso em: 09 mai. 2026.

JAPIASSÚ, L. M. G.; DE CASTRO, S. H.; RIBEIRO, P. C.; BRITO, G. N. O. **Diabetes: como as funções neurocognitivas influenciam na adesão ao tratamento**. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rhupe.2015.20042>. Acesso em: 09 mai. 2026.

LIMA, G. N. D. **Meio ambiente e desempenho operacional: uma análise da gestão ambiental no comportamento dos custos dos produtos vendidos**. *Gestão de custos: contribuições teóricas e práticas*, Editora Conhecimento Livre, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37423/200300535>. Acesso em: 09 mai. 2026.

LOPES DE PAULA, R.; DE SOUZA, M. A. **Avaliação de desempenho operacional de estações de tratamento de esgotos utilizando métodos multiobjetivo e indicadores – parte 1: seleção e avaliação de indicadores de desempenho operacional de estações de tratamento de esgotos**. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, Anima Educação, v. 11, n. 4, p. 404-428, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.59306/rgsa.v11e42022404-428>. Acesso em: 09 mai. 2026.

MARTINS, D. J. S. **Neurociência cognitiva aplicada à atividade policial militar: arquitetura neurobiológica da decisão sob estresse e seus reflexos na legalidade, proporcionalidade e garantias fundamentais**. *Direito contemporâneo, instituições e transformações sociais*, Atena Editora, 2026, p. 27-48. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.960112620013>. Acesso em: 09 mai. 2026.

MARTINS, L. A. G. **A importância da qualidade do sono no desempenho operacional de policiais militares e a necessidade de otimização nas escalas de serviço**. *Brazilian Journal of Development*, Brazilian Journals, v. 11, n. 1, e76644, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n1-038>. Acesso em: 09 mai. 2026.

MARTINS, L. A. G. **A importância da qualidade do sono no desempenho operacional de policiais militares e a necessidade de otimização nas escalas de serviço**. *Brazilian Journal of Development*, Brazilian Journals, v. 11, n. 1, p. e76644, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n1-038>. Acesso em: 09 mai. 2026.

MENDONÇA, L. T. R. **O estresse na atividade de rádio patrulha em policiais militares do Amapá**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2017, v. Esp, n. 8, p. S567S572. Disponível em: https://doi.org/10.25248/reas27_2017. Acesso em: 09 mai. 2026.

PACHECO, R. L.; FREITAS, M. B. de. **Tomada de decisão sob pressão: lições compartilhadas entre a arbitragem, mediação e conciliação na atividade policial militar**. *Brazilian Journal of Development*, Brazilian Journals: 2025, v. 11, n.

4, p. e78737. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n4-004>. Acesso em: 09 mai. 2026.

PANTOJA, H. G.; GONÇALVES, E. J. B.; OLIVEIRA, E. de J. **Análise dos estilos de tomada de decisão de egressos dos cursos de engenharia.** *Tomada de (In) decisão nas Organizações*, Editora Poisson, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-46-1.cap.05>. Acesso em: 09 mai. 2026.

PAULO, H. A. C. de; CRUZ, C. J. **Aptidão física na PMPR: impactos da periodicidade do TAF na manutenção da saúde e eficiência operacional dos policiais militares.** *Brazilian Journal of Health Review*, Brazilian Journals, v. 8, n. 1, p. e77354, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv8n1-324>. Acesso em: 09 mai. 2026.

PINHEIRO, L. R. S.; FARIKOSKI, C. **Avaliação do nível de estresse de policiais militares.** *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo: Complexo de Ensino Superior Meridional S.A., v. 8, n. 1, p. 14-19, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v8n1p14-19>. Acesso em: 09 mai. 2026.

PINTO HERRERA, P. **Ortótica, uma mirada desde la terapia ocupacional.** *Contexto*, Occupational Therapy, Central University of Chile, v. 10, p. 13-29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54761/contexto.num10.49>. Acesso em: 09 mai. 2026.

SANTOS, C. V.; OLIVEIRA, N. M. de; OLIVEIRA, E. J. **Planejamento estratégico no processo de tomada de decisão.** *Tomada de (In) decisão nas Organizações*, Editora Poisson, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-461.cap.04>. Acesso em: 09 mai. 2026.

SILVEIRA, M. R. da; LAZAROTTO, A. C. **Incidência de doenças psicossomáticas em policiais militares empregados na atividade operacional e os reflexos na saúde mental.** *Brazilian Journal of Development*, Brazilian Journals, v. 11, n. 11, p. e83996, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n11-062>. Acesso em: 09 mai. 2026.

SOARES, I. D. S.; MARQUES, W. D. S.; OLIVEIRA, E. D. J. **Tomada de decisão sob risco e sob incerteza.** *Tomada de (In) decisão nas Organizações*, Editora Poisson, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-46-1.cap.02>. Acesso em: 09 mai. 2026.

SOUZA, F. J. de. **Fiscalização da administração policial militar sobre o policial militar afastado da função por decisão judicial: limites, deveres e procedimentos.** *Brazilian Journal of Development*, Brazilian Journals, v. 12, n. 2, e85869, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv12n2-071>. Acesso em: 09 mai. 2026.

WOICIK, A. M. M.; ROMANO, C. A. **Práticas de gestão do conhecimento e desempenho operacional.** *Caderno Pedagógico*, South Florida Publishing LLC, v.

21, n. 4, p. e3859, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-126>. Acesso em: 09 mai. 2026.

WOICIK, A. M. M.; ROMANO, C. A. **Práticas de gestão do conhecimento e desempenho operacional.** *Current practices and strategies*, Editora Studies Publicações, 2024, p. 58-68. Disponível em: https://doi.org/10.54033/stebook.97865-83309-00-6_3. Acesso em: 09 mai. 2026.

XAVIER, M.; HENRIQUE BLUM, W. **Policiamento ostensivo geral e policiamento ostensivo especializado na polícia militar do Paraná: a busca pela gestão operacional mais eficiente no policiamento visando a preservação da ordem pública.** *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218*, Editora RECIMA21 LTDA, v. 6, n. 6, p. e666490, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6490>. Acesso em: 09 mai. 2026.